

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

**CONCURSO PÚBLICO**

# **PROFESSOR – PEDAGOGO**

## **CADERNO DE QUESTÕES**

**21/06/2026**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>QUESTÕES</b>
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação Educacional	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova de Redação	-

**SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**Atenção:** Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**Como as estações, também vivemos mudanças.**

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova de redação. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova de redação é composta de um tema e uma coletânea de textos, e o(a) candidato(a) deverá desenvolver, seguindo uma das propostas contidas na prova, um texto dissertativo-argumentativo, com, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

## LÍNGUA PORTUGUESA

## Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

## Texto 1

Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância – Benauro Roberto de Oliveira, um paulista estudioso da história natural e social –, conta e reconta em suas competentes e concorridas aulas uma das lendárias manifestações que cercam a personalidade de Jacques-Yves Cousteau, o francês que se tornou o maior dos oceanógrafos do século 20.

Dizem que um jovem jornalista entrevistava Cousteau sobre o nosso temor aos tubarões e desejava saber quais as chances de um de nós escapar no enfrentamento direto com um desses estupendos animais. O cientista respondeu que as probabilidades de sair ileso eram nulas. O jornalista não se satisfaz e perguntou, em sequência, se o tubarão atacaria se já estivesse alimentado, se fosse de noite, se estivéssemos numa jaula, se fôssemos muitos, se carregássemos um arpão, se entregássemos alguma isca etc.; a cada pergunta, a resposta de Cousteau era a mesma: o bicho atacará de qualquer modo. Irritado, o jovem bradou: mas isso não tem lógica! Com paciência, o genial pesquisador dos mares retrucou: Tem sim, mas é a lógica do tubarão...

É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos (e que muitos preferem chamar de “nosso” planeta, com uma dissimulada satisfação de dono): não somos proprietários, e sim usuários compartilhantes. Podemos, em alguns momentos da nossa história, imaginar que controlamos, dominamos e possuímos sem restrições tudo que nesta terra está, com uma ilusão fugaz de invulnerável soberania [...].

CORTELLA, M. S. *Não espere pelo Epiáfio!*: Provações filosóficas. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes Nobilis, 2014, p. 31.

## QUESTÃO 01

No trecho, “É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos [...]”, a expressão em destaque

- (A) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “em cujo”, na medida em que indica posse (“em nosso planeta”).
- (B) tem valor pronominal, uma vez que opera, na oração, substituição ao sujeito “planeta”, que lhe antecede.
- (C) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, tanto por “em que”, quanto por “que”, diante da bitransitividade do verbo “habitar”.
- (D) se trata de uma preposição, cuja função sintática é a de estabelecer a devida regência dos termos da oração.

## QUESTÃO 02

A crase é um fenômeno linguístico que marca, por meio do acento grave, uma fusão de vogais idênticas e contíguas (a + a = à). Em geral, trata-se de uma relação de regência que demanda uma preposição a + o artigo definido feminino a, podendo ocorrer também, no entanto, com pronomes demonstrativos (*àquele, àquela, àquilo*) e, ainda, com pronomes relativos (*à qual, às quais*). A respeito do caso de sua ocorrência no trecho “Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância [...]”, e em observância às regras de uso obrigatório e facultativo, a crase, nesse caso, é

- (A) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (B) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (C) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (D) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.

## QUESTÃO 03

O modo de organização do discurso e a natureza do raciocínio empreendido pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, valendo-se da voz do estudioso Benauro Robert de Oliveira diante da experiência vivida por Jacques-Yves Cousteau, consistem em um raciocínio

- (A) argumentativo, com a intenção de estabelecer, pela narrativa apresentada, uma inferência analógica entre o caso relatado e a realidade de modo geral.
- (B) narrativo, com a intenção de estabelecer um relato, para fins estéticos, sobre a experiência contada pelo estudioso Benauro Robert de Oliveira.
- (C) descritivo, na medida em que o autor descreve a experiência vivida pelo oceanógrafo Jacques-Yves Cousteau, na voz de Benauro Robert de Oliveira.
- (D) explicativo, na medida em que o autor assevera, a partir de relato informativo, a necessidade de o leitor repensar as formas de compreensão da vida.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **04 a 06**.

### Texto 2

Becos da minha terra...  
 Amo tua paisagem triste, ausente e suja.  
 Teu ar sombrio.  
 Tua velha umidade andrajosa.  
 Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.  
 E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia,  
 e sementes polmes dourados no teu lixo pobre,  
 calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo.  
 Amo a prantina silenciosa do teu fio de água,  
 Descendo de quintais escusos sem pressa,  
 e se sumindo depressa na brecha de um velho cano.  
 Amo a avenca delicada que renasce  
 Na frincha de teus muros empenados,  
 e a plantinha desvalida de caule mole  
 que se defende, viceja e floresce  
 no agasalho de tua sombra úmida e calada [...]

Trecho do poema "Becos de Goiás" de Cora Coralina. In: CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 92.

### QUESTÃO 04

No trecho do poema "Becos de Goiás", de Cora Coralina, o eu lírico descreve um cenário marcado por imagens de degradação — "*paisagem triste, ausente e suja*", "*velha umidade andrajosa*", "*lodo negro, esverdeado, escorregadio*", "*lixo pobre*". Ainda assim, a voz poética declara reiteradamente: "*Amo...*". Qual efeito de sentido característico da obra da autora é gerado pelo contraste?

- (A) O paradoxo é construído para mostrar que o eu lírico rejeita o cenário descrito, carregado de adjetivações e descrições negativas, e o emprego de verbo afetivo "*Amo...*" funciona, portanto, como recurso de ironia, desestabilizando a interpretação literal do poema.
- (B) O contraste destaca uma visão idealizada do passado, por lembranças fugidias e contrastivas de tempos remotos, em que o eu lírico transforma a miséria em símbolo de uma memória perdida, anulando qualquer dimensão realista da cena descrita.
- (C) O uso de imagens negativas frequentemente seguido da expressão de amor, como "*Amo...*", demonstra uma tentativa de ocultar aspectos socialmente problemáticos do ambiente, neutralizando o tom crítico da autora, uma vez que se trata de sua própria cidade natal.
- (D) A associação entre afeto e degradação reforça a relação paradoxal entre o eu lírico e o espaço, revelando que seu amor nasce de uma identificação profunda com a simplicidade e com a beleza marginal encontrada nos lugares humildes — marca recorrente da poética de Cora Coralina.

### QUESTÃO 05

Considere o verso "Amo tua paisagem triste, ausente e suja." Com base no emprego da conjunção destacada no trecho anterior, e observando as regras de pontuação da língua portuguesa, compreende-se que

- (A) o emprego de vírgula antes de "e" não ocorre, por se tratar de uma enumeração simples de adjetivos equivalentes, ligados a um mesmo termo ("paisagem"), caso em que a conjunção aditiva une elementos de mesma função sintática sem justificar pausa.
- (B) o emprego antes de "e" é obrigatório porque há três adjetivos; segundo a norma padrão, em enumerações com três ou mais termos, a conjunção deve ser precedida de vírgula de forma mandatória.
- (C) a ausência de vírgula antes de "e" configura desvio da norma, pois o último termo de qualquer enumeração deve ser isolado por vírgula, independentemente da classe de palavras envolvida.
- (D) o emprego de vírgula poderia ser utilizado antes de "e" para reforçar a intensidade expressiva da enumeração, uma vez que adjetivos de valor negativo exigem separação obrigatória por vírgula antes da conjunção.

### QUESTÃO 06

Considerando o trecho do poema de Cora Coralina — "*E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia e sementes polmes dourados no teu lixo pobre, calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo*" —, as relações sintáticas entre as estruturas oracionais permitem perceber que

- (A) a forma "calçando de ouro a sandália velha" funciona como oração subordinada adverbial causal reduzida de gerúndio, pois indica a motivação pela qual se realizam as "semeaduras" do sol ao meio-dia.
- (B) a expressão "calçando de ouro a sandália velha" constitui oração subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio, uma vez que especifica a maneira pela qual a réstia de sol recobre os elementos descritos.
- (C) o segmento "jogada no monturo" representa uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, modificando o valor do termo nominal "sol", ao qual se vincula semanticamente.
- (D) o verbo "desce" em "a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia" introduz oração subordinada substantiva objetiva direta, já que o termo "que" recupera um referente abstrato e exerce função de complemento verbal.

**QUESTÃO 07**

Um texto pode ser considerado como uma malha de tecido (não à toa, falamos de sua tessitura), cujas linhas estruturantes amarram o tecido de tal forma que o tornam um todo significante, uma unidade de sentido. Dito de outra maneira, falamos de

- (A) coesão e semântica, uma vez que todo texto que esteja bem articulado, independentemente de fazer ou não sentido para um determinado interlocutor, pode ser considerado um texto efetivo.
- (B) coesão e coerência, uma vez que o sentido organizado de um texto é atingido quando se garante, ao mesmo tempo, os fatores pragmáticos de significação e de articulação de um texto, respectivamente.
- (C) coesão e coerência, uma vez que a forma como se amarram as partes estruturantes de um texto (a coesão) é fundamental para garantir-lhe o sentido (a coerência).
- (D) coesão e semântica, uma vez que o sentido é sempre um resultado organizado, concatenado e transparente dos significados da língua como um sistema de signos diferenciais.

**QUESTÃO 08**

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 foi um projeto elaborado pelos países lusófonos com o objetivo de unificar a ortografia do português. Até então, Brasil e Portugal (além dos demais países africanos de língua portuguesa) seguiam regras diferentes de escrita, o que dificultava a produção editorial comum, a circulação de textos, o ensino e a padronização internacional da língua. O acordo foi assinado em 1990 pelos países membros da CPLP, mas enfrentou longos anos de debates e revisões até entrar efetivamente em vigor. No Brasil, sua implementação começou em 2009, tornando-se obrigatória a partir de 2016. Entre as mudanças mais conhecidas, compreende-se que passa a ser

- (A) obrigatório o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento seguinte começa pela consoante *r* ou *s*: ultra-som, anti-semíta, semi-reta, contra-regra etc.
- (B) facultativo o uso de hífen em locuções de qualquer tipo (nominais, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas, conjuncionais): café-da-manhã ou café da manhã, antes-de-ontem ou antes de ontem etc.
- (C) facultativo o uso de hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou consoante: auto-escola passa a se grafar autoescola, co-piloto passa a se grafar copiloto etc.
- (D) proibido o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento começa por *r* ou *s*, passando-se a dobrar a consoante do elemento seguinte: ultrassom, minissaia etc.

**QUESTÃO 09**

Em sua obra *Retórica*, Aristóteles discorre sobre os três gêneros oratórios (deliberativo, judicial e epidítico), cuja tipologia passa por critérios funcionais, tais como o assunto de que se fala, quem fala, para quem fala, de onde se fala, e o fim (a finalidade) para o qual se fala. Esses elementos foram recepcionados - e eventualmente atualizados - em teorias linguístico-textuais posteriores, contemporâneas, como aquelas que descrevem os sete fatores pragmáticos de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, coesão e coerência. Considerando tais fatores, quais podemos destacar estarem já presentes no núcleo da proposta teórica aristotélica?

- (A) Intencionalidade, Informatividade, Coesão e Coerência.
- (B) Intencionalidade, Aceitabilidade, Situacionalidade, Informatividade.
- (C) Intencionalidade, Informatividade, Situacionalidade e Coesão.
- (D) Intencionalidade, Coerência, Coesão e Intertextualidade.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 10**

Leia o texto a seguir.



Coca-Cola, 2025. Publicidade veiculada em diferentes mídias.

A publicidade apresenta a imagem de uma garrafa de Coca-Cola de vidro acompanhada do texto: “Porque é mais difícil de abrir e tudo o que é mais difícil é mais gostoso.” Considerando estratégias argumentativas típicas da linguagem publicitária, o anúncio

- (A) recorre a um argumento baseado em crenças culturais compartilhadas, atribuindo valor positivo à dificuldade como elemento que aumenta o prazer, reforçando um efeito emocional de valorização do produto.
- (B) constrói seu apelo retórico e persuasivo por meio de um argumento lógico-dedutivo, apoiado na demonstração racional de que embalagens difíceis de abrir conservam melhor o sabor.
- (C) utiliza um argumento de autoridade implícito, já que atribui a superioridade do produto em questão à opinião abalizada de um especialista anônimo sobre embalagens de bebidas e sua capacidade de conservação do sabor.
- (D) fundamenta sua estratégia de convencimento na comparação objetiva entre garrafas de vidro e garrafas plásticas, oferecendo dados concretos e mensuráveis sobre sabor, temperatura e conservação.

**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

Questões de 11 a 20

**QUESTÃO 11**

Nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal de 1988 qual descrição corresponde ao critério constitucionalmente estabelecido para o preenchimento dos cargos em comissão e das funções de confiança na Administração Pública?

- (A) Os cargos em comissão destinam-se a atividades meramente técnicas e devem ser ocupados por servidores efetivos conforme critérios definidos em lei.
- (B) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, destinadas a direção e assessoramento, e podem ser ocupadas por servidores públicos ou por profissionais externos.
- (C) Os cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (D) As funções de confiança destinam-se a atividades técnicas especializadas e devem ser ocupadas por servidores aprovados em concurso específico para esse fim.

**QUESTÃO 12**

No direito administrativo brasileiro, a formação válida do ato administrativo depende da reunião de elementos estruturais previstos pela doutrina e acolhidos pela jurisprudência. Nessa perspectiva, corresponde a elemento essencial do ato administrativo a característica que

- (A) vincula a manifestação administrativa ao objetivo público estabelecido como finalidade do ato.
- (B) transforma a vontade administrativa em norma geral dotada de abstração e impessoalidade.
- (C) desloca a competência administrativa para órgão diverso mediante delegação automática.
- (D) converte o ato administrativo em contrato quando há participação de particulares interessados.

**QUESTÃO 13**

Os artigos 70 a 74 da Constituição Federal de 1988 disciplinam o sistema de controle interno e externo da Administração Pública, definindo competências, finalidades e interações entre os órgãos que o compõem. Considerando esse conjunto normativo, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública ocorre mediante estrutura que

- (A) concentra exclusivamente no Tribunal de Contas da União a função de orientar e fiscalizar todos os Poderes, sem participação de unidades internas de controle.
- (B) atribui ao Congresso Nacional o controle externo, com apoio técnico do Tribunal de Contas da União, mantendo unidades de controle interno em cada Poder.
- (C) delega aos sistemas de controle interno a competência para julgar contas de administradores, submetendo apenas relatórios informativos ao Congresso.
- (D) permite ao Tribunal de Contas da União a emissão de recomendações sem força coercitiva, sem competência para aplicação de sanções administrativas.

**QUESTÃO 14**

A elaboração do planejamento orçamentário governamental, estruturado nos instrumentos previstos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, organiza-se em etapas interdependentes que condicionam a execução das políticas públicas. Nesse contexto, a compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) resulta de processo em que

- (A) o PPA detalha os limites de empenho da LOA, substituindo a necessidade de definição anual de metas fiscais pela LDO.
- (B) a LDO orienta a LOA e deve observar as diretrizes do PPA, assegurando que programas e ações anuais estejam alinhados às metas plurianuais.
- (C) a LOA estabelece programas governamentais de duração continuada, autorizando despesas de caráter plurianual sem necessidade de previsão no PPA.
- (D) o PPA define metas anuais específicas, enquanto a LDO organiza exclusivamente a estrutura administrativa, sem impacto sobre a programação orçamentária.

**QUESTÃO 15**

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define os princípios que orientam as contratações públicas e determina que toda atuação administrativa no âmbito das licitações deve observar parâmetros normativos voltados à integridade, à eficiência e ao controle. De acordo com esse dispositivo, a condução do processo licitatório deve ocorrer de forma que

- (A) admita exceções não previstas em lei, desde que justificadas pela conveniência administrativa.
- (B) permita flexibilização informal das etapas quando houver interesse imediato do gestor.
- (C) assegure julgamento por critérios objetivos, evitando decisões baseadas em preferências pessoais.
- (D) autorize tratamento favorecido a licitantes que possuam vínculos locais com o órgão contratante.

**QUESTÃO 16**

O artigo 17 da Lei nº 8.429/1992, integrante do Capítulo V, estabelece regras específicas para o processamento das ações de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Segundo esse dispositivo, o ajuizamento da ação deve observar procedimento que

- (A) admite prosseguimento apenas quando demonstrados indícios mínimos de dolo na conduta.
- (B) elimina a fase de manifestação prévia do investigado, permitindo imediata citação.
- (C) permite responsabilização do agente público por mera irregularidade formal de natureza culposa.
- (D) dispensa o Ministério Público de apresentar documentos que embasam a acusação inicial.

**QUESTÃO 17**

Os artigos 10 a 14 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) disciplinam o procedimento de acesso à informação, estabelecendo direitos, prazos e obrigações para o trâmite dos pedidos. Já os artigos 23 a 27 tratam das hipóteses de restrição, incluindo sigilo e classificação de informações. Considerando simultaneamente esses dispositivos, o tratamento de um pedido de acesso ocorre mediante procedimento que

- (A) admite negativa automática quando a informação solicitada não estiver previamente disponibilizada no sítio eletrônico do órgão.
- (B) exige motivação expressa para eventual negativa, inclusive quando fundada em classificação de sigilo prevista em lei.
- (C) permite recusa imotivada nos casos em que o pedido dependa de análise de outro órgão da administração.
- (D) autoriza a prorrogação indefinida do prazo de resposta enquanto houver consulta a autoridade classificadora.

**QUESTÃO 18**

O artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), do Capítulo IV, prevê condições específicas para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e determina que a utilização dessas informações deve ocorrer de forma adequada às finalidades legais. Considerando esse dispositivo, o tratamento de dados pessoais por órgãos e entidades públicas deve observar requisito que

- (A) dispensa a indicação da finalidade quando os dados forem utilizados para políticas públicas.
- (B) permite o compartilhamento irrestrito de informações entre entes federativos.
- (C) exige a compatibilidade entre a finalidade declarada e o interesse público envolvido.
- (D) autoriza a coleta ampliada de dados sensíveis sem base legal prévia.

**QUESTÃO 19**

O artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, do Título III – Da Administração Municipal, estabelece que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional observará princípios específicos para orientar sua atuação. De acordo com esse dispositivo, a administração municipal deve atuar de acordo com o princípio que

- (A) admite sigilo administrativo como regra geral para proteção da atividade estatal.
- (B) exige publicidade dos atos, ressalvadas hipóteses legais de restrição.
- (C) autoriza preferência a agentes públicos por critérios pessoais de conveniência.
- (D) permite a adoção de normas internas sem observância de fundamento legal.

**QUESTÃO 20**

O artigo 62 da Lei nº 1.488/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Senador Canedo) disciplina a licença para tratamento da própria saúde e determina condições específicas para sua concessão. Considerando esse dispositivo, a concessão dessa licença ocorre mediante procedimento administrativo que

- (A) admite avaliação informal realizada pelo superior imediato, independentemente de perícia.
- (B) permite afastamento imediato sem comprovação, quando declarado pelo próprio servidor.
- (C) transfere ao contratado particular a decisão sobre a aptidão funcional do servidor.
- (D) exige inspeção médica oficial destinada a verificar a capacidade laboral do servidor.

**POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**

Questões de 21 a 30

**QUESTÃO 21**

Em processos educativos, a forma como o conhecimento é organizado orienta os modos de aprender e define o papel dos sujeitos nos espaços escolares. Nesse sentido, a ação pedagógica embasada por uma perspectiva crítica e que busca a formação humana em seu sentido abrangente será

- (A) a elaboração de atividades pontuais, voltadas ao alcance de metas operacionais previamente definidas.
- (B) a construção de sequência didática, estruturada de modo progressivo para favorecer a aprendizagem.
- (C) a aplicação de exercícios repetitivos, centrados na memorização de informações para possibilitar o conhecimento.
- (D) a realização de avaliações periódicas, destinadas ao cumprimento de rotinas institucionais.

**QUESTÃO 22**

No ambiente escolar, o uso de tecnologias da informação e comunicação pode reforçar formas de consumo padronizadas e acríticas ou criar possibilidades de reflexão e compreensão dos conteúdos midiáticos. Nesse cenário, caracteriza-se como prática educativa que busca possibilitar a formação crítica dos sujeitos na era digital

- (A) a seleção de recursos tecnológicos destinados à produção de conteúdos escolares.
- (B) a adoção de plataformas digitais destinadas ao controle do desempenho individual.
- (C) a produção de materiais didáticos digitais orientados por padrões de mercado.
- (D) a análise de diferentes produtos culturais veiculados nas mídias digitais.

**QUESTÃO 23**

A forma como a gestão é incorporada às práticas escolares define modos específicos de participação e pode contribuir para a manutenção das relações de poder ou para a construção coletiva de práticas democráticas. Nesse contexto, caracteriza uma gestão democrática a prática que

- (A) organiza a participação por meio de critérios discutidos coletivamente, orientando a distribuição das decisões.
- (B) alterna responsabilidades sem considerar a dinâmica do grupo, busca evitar concentrações de autoridade.
- (C) mantém regras previamente definidas como eixo exclusivo de funcionamento das interações cotidianas.
- (D) focaliza a condução das atividades na figura docente para assegurar previsibilidade nas rotinas diárias.

**QUESTÃO 24**

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolida um marco de planejamento estratégico que orienta ações públicas de longo prazo para a garantia do direito à educação no Brasil. Em sua configuração normativa, o PNE está estruturado em

- (A) finalidades, competências, ações e indicadores.
- (B) diretrizes, objetivos, metas e estratégias.
- (C) princípios, parâmetros, eixos e dispositivos.
- (D) fundamentos, procedimentos, critérios e etapas.

**QUESTÃO 25**

As políticas educacionais implicam as elaborações curriculares que, por sua vez, indicam uma determinada forma e conteúdo de ensino. Nesse processo, a concepção que sintetiza a relação entre políticas educacionais, currículo e cultura é a que

- (A) compreende o currículo como produção social resultante de disputas que orientam a seleção dos conhecimentos.
- (B) compreende o currículo como um conjunto fixo de temas estruturados por critérios exclusivamente técnicos.
- (C) interpreta o currículo como ordenamento estável que reproduz práticas pedagógicas sem influências políticas.
- (D) interpreta o currículo como uma sequência neutra de conteúdos desvinculada das relações culturais.

**QUESTÃO 26**

A escola pública brasileira está vinculada à relação entre Estado e sociedade. Dessa relação decorrem as políticas educacionais que definirão as condições da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Nesse contexto, as políticas educacionais que contribuem para o desenvolvimento profissional docente, tanto na formação inicial quanto na continuada, são aquelas que

- (A) implementam diretrizes voltadas à padronização da formação.
- (B) definem ações, decisões e programas de aligeiramento da formação.
- (C) lidam com a formação como processo de responsabilidade individual.
- (D) proporcionam condições concretas e efetivas de formação.

**QUESTÃO 27**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) integra o sistema nacional de monitoramento da qualidade educacional e orienta a elaboração de políticas públicas a partir de seus resultados. O IDEB é aferido periodicamente em intervalo

- (A) anual, com atualização contínua dos resultados.
- (B) bienal, com divulgação regular a cada dois anos.
- (C) trienal, com consolidação dos dados em ciclos de três anos.
- (D) quadrienal, com apuração vinculada aos planos de gestão.

**QUESTÃO 28**

A BNCC orienta o planejamento de aulas ao definir as aprendizagens essenciais, que incluem competências e habilidades, que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de suas trajetórias na educação básica. Em uma proposta de aula alinhada à BNCC, as atividades devem articular

- (A) conteúdos essenciais, situações práticas, interação orientada e reflexão do estudante.
- (B) explicação prolongada, atividades isoladas, controle docente e avaliação contínua.
- (C) memorização contínua, exercícios padronizados, repetição mecânica e sequência fixa.
- (D) exercícios funcionais, rotina rígida, atividades fragmentadas e avaliação classificatória.

**QUESTÃO 29**

O Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, constitui-se como um fundo de natureza contábil mantido pelos entes federados. De acordo com essa legislação, os recursos do Fundeb são aplicados prioritariamente

- (A) na construção de universidades e expansão do ensino superior.
- (B) na criação de programas federais de incentivo ao esporte escolar.
- (C) na remuneração dos profissionais da educação básica pública.
- (D) na manutenção de escolas privadas conveniadas de educação infantil.

**QUESTÃO 30**

Ações de inclusão e diversidade exigem condições institucionais que possibilitem acessibilidade, atendimento às necessidades específicas e participação equitativa dos estudantes. A garantia estrutural que viabiliza a implementação dessas ações corresponde

- (A) à definição pedagógica que orienta práticas inclusivas, ainda que não haja previsão de recursos ou suporte institucional.
- (B) à elaboração individual de materiais didáticos pelos professores com o suporte técnico do poder público.
- (C) à distribuição interna de responsabilidades docentes como alternativa ao investimento financeiro.
- (D) à previsão orçamentária destinada à manutenção, desenvolvimento e oferta de serviços e recursos de acessibilidade.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **31** e **32**.

### Texto 3

A definição tradicional do “sistema de educação” como conjunto de mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada, segundo a expressão de Durkheim, a “conservação de uma cultura herdada do passado” ou seja, a transmissão entre gerações da informação acumulada, permite às teorias clássicas dissociar a função de reprodução cultural que cabe a qualquer sistema de ensino, de sua função de reprodução social. Transpondo-se para o caso das sociedades divididas em classes a representação da cultura e da transmissão cultural em geral aceita pelos etnólogos, tais teorias baseiam-se no postulado tácito de que as diferentes ações pedagógicas que operam em uma formação social, vale dizer, tanto aquelas que as famílias das diferentes classes sociais exercem como a que a escola exerce, colaboram harmoniosamente na transmissão de um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da “sociedade”. De fato, a estatística de frequência ao teatro, ao concerto e sobretudo ao museu (uma vez que neste último caso seja quase nulo o efeito de obstáculos econômicos) basta para lembrar que o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertence *realmente* (embora seja formalmente oferecido a todos) aos que detêm os meios para deles se apropriarem, quer dizer, que os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais [...] por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los [...]. Em suma, o livre jogo das leis da transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural e, com isso, encontra-se reproduzida a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais.

Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 297.

### QUESTÃO 31

O excerto apresentado versa sobre as relações entre sociedade, cultura e educação, indagando criticamente sobre o conteúdo dessa relação. Qual concepção de cultura e sociedade se faz presente no excerto?

- (A) Concepção teórica neoliberal.
- (B) Concepção funcional organicista.
- (C) Concepção sociológica crítica.
- (D) Concepção filosófica pragmatista.

### QUESTÃO 32

Considerando ainda o conteúdo do excerto disponibilizado no Texto 3, os bens culturais se apresentam nele descritos como

- (A) elementos de coesão da sociedade e principais indutores da harmonia entre as classes sociais.
- (B) algo pertencente àqueles que podem pagar por eles, assumindo nessa condição a forma de bens privados.
- (C) elementos cuja apropriação é indiferente à classe social dos indivíduos e no qual o principal agente de transmissão é o sistema educativo formal.
- (D) algo desigualmente alcançável conforme a posição social de classe dos indivíduos e suas famílias.

### QUESTÃO 33

O art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/1996 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Nessa relação, conforme o referido artigo, cabe

- (A) à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.
- (B) ao município organizar seu sistema de ensino, suas formas de organização escolar e legislação próprias, de forma independente e autônoma face à legislação nacional consubstanciada pela LDB/1996.
- (C) à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Conselho Nacional de Educação a determinação e a elaboração das políticas educacionais, das formas de organização, de gestão e avaliação a serem aplicados pelo Distrito Federal, Estados e Municípios.
- (D) ao Estado, na condição de ente federativo que ocupa posição média entre o município e a União, articular os diferentes níveis e sistemas, exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

**QUESTÃO 34**

Leia o caso a seguir.

Era manhã de segunda-feira em uma escola municipal no município de Senador Canedo quando um inusitado debate teve lugar na sala de professores. Provocados pelo que disseram alguns pais de alunos durante uma reunião, um professor de matemática dizia que a avaliação que eles realizavam na escola era muito avançada, pois buscava identificar a condição de aprendizagem do aluno. Uma outra professora disse que estava de acordo e que era preciso, sobretudo, evitar simplesmente mensurar e registrar o produzido pelos alunos. A coordenadora pedagógica, tomando a palavra, procurou orientar o grupo e explicou que naquela escola a avaliação praticada estava à serviço da aprendizagem. Conforme ela, a avaliação deveria tanto poder identificar a condição atual do aluno, como poder comunicar a ele essa condição, subsidiando assim os alunos e os próprios professores na regulação do processo pedagógico.

Considerando o caso descrito, a coordenadora pedagógica da escola expressa em sua fala uma concepção de avaliação denominada pela literatura de

- (A) avaliação compensatória.
- (B) avaliação formativa.
- (C) avaliação cumulativa.
- (D) avaliação espontânea.

**QUESTÃO 35**

Leia o caso a seguir.

Vinda do Estado do Pará, M. e sua família chegaram há pouco tempo na cidade. Ela procurou uma instituição para matricular seu filho A., uma criança com 4 anos de idade.

Considerando o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/1996, sobre a competência dos municípios, dos estados e da União, em qual tipo instituição M. deve matricular seu filho?

- (A) Ela deve matricular seu filho em uma instituição estadual, pois a competência dos municípios está circunscrita às creches.
- (B) Ela deve procurar uma instituição privada, pois, com quatro anos de idade completos no mês de janeiro, André ainda não alcançou o direito de matrícula na pré-escola municipal.
- (C) Ela deve efetuar a matrícula em uma instituição educacional municipal, pois o município é o principal responsável pela oferta vagas para crianças na idade do filho dela.
- (D) Ela deve buscar uma instituição da rede estadual de ensino, pois seu filho possui quatro anos completos e são os estados os responsáveis pela oferta do ensino fundamental e médio.

**QUESTÃO 36**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe em seu art. 4<sup>a</sup> sobre as atribuições da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, estabelecendo que estes devem assegurar com absoluta prioridade um conjunto de direitos das crianças e dos adolescentes, a saber: direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, visando dar substância a esse conjunto de direitos, o ECA estabelece que a garantia de prioridade, manifestada na Lei, compreende

- (A) a preferência por políticas de inclusão; a promoção de ações emancipatórias para as crianças, os jovens e suas famílias mediante fomento à práticas de empreendedorismo e autonomia cidadã; a destinação prioritária de recursos para programas de educação, saúde e bem-estar; a primazia na execução de políticas públicas mediante parcerias com entidades do terceiro setor.
- (B) a prerrogativa de atendimento prioritário em órgãos públicos de quaisquer gênero; o estabelecimento de cotas no acesso ao serviço público para os casos em que as mesmas sejam necessárias e pertinentes; a dotação orçamentária adequada para as políticas e programas destinados às crianças e adolescentes.
- (C) a prioridade no repasse dos recursos do fundo de participação dos estados para os municípios e suas ações direcionadas às crianças e aos adolescentes; a preferência na execução de políticas públicas mediante parcerias com entidades do terceiro setor; prerrogativa de designação prioritária de defensor público nomeado nos casos de alienação parental.
- (D) a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**QUESTÃO 37**

Os estudiosos do currículo ao investigarem o modo como as escolas selecionam, organizam e dão tratamento pedagógico ao conhecimento elaborado, observaram que no cotidiano escolar o processo educativo vai muito além dos conteúdos de ensino. Eles observaram que detrás dos enunciados manifestos no currículo escolar e nas práticas dos agentes havia algo de outra natureza, que não estava no primeiro plano das intenções, mas que se fazia presente e compreendia, no sentido próprio do termo, uma forma de educação. Assim, detrás do formalmente estabelecido e escrito, esses estudiosos notaram que o processo educativo muitas vezes reforçava ideologias e lugares sociais, formando o modo de ser do trabalhador, mas também favorecendo a cristalização de certas imagens do homem e da mulher, de certas religiões tomadas como norma etc. O que os referidos estudiosos identificaram é o que as teorias do currículo denominam de currículo

- (A) oculto.
- (B) oficial.
- (C) prescrito.
- (D) formal.

**QUESTÃO 38**

Leia o caso a seguir.

A comunidade de um dos bairros do município conseguiu que o poder público atendesse uma antiga reivindicação: a criação de uma escola. Inaugurada ao final do ano de 2025, a escola precisa se organizar para, em 2026, dar início ao seu primeiro ano eletivo. Para tanto, a direção da escola vai dar início ao processo de construção do projeto político pedagógico do estabelecimento.

Quem a direção da escola deve convocar para a elaboração do projeto político pedagógico da unidade escolar?

- (A) Coordenação pedagógica, coordenação de turno, supervisores da unidade escolar e representante da secretaria municipal de educação.
- (B) Representantes da comunidade escolar e local, servidores administrativos, supervisores, coordenadores e os professores da unidade escolar.
- (C) Supervisores da unidade escolar, representantes do setor pedagógico da secretaria municipal de educação e a direção do estabelecimento.
- (D) Pais ou responsáveis por alunos, o supervisor regional da unidade e a coordenação pedagógica e administrativa da unidade.

**QUESTÃO 39**

Leia o caso a seguir.

Iniciando sua carreira docente e tendo recentemente chegado em uma instituição de educação infantil, a professora P. começou o planejamento das atividades para o primeiro semestre. Tendo em mãos um exemplar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), P. se deparou com o seguinte código alfanumérico: EI02TS01.

Formado por um conjunto que intercala sequencialmente dois pares de letras e dois pares de números, tal código na BNCC corresponde à informação sobre

- (A) a competência conforme o objetivo do componente curricular; o nível de exigência da competência; a responsabilidade institucional; a designação da etapa do seguimento da básica correspondente.
- (B) o ente federativo responsável pela unidade escolar; a idade do educando; a modalidade de ensino; a competência a ser alcançada.
- (C) a etapa da educação básica; o grupo por faixa etária; o campo de experiências; a posição da habilidade na numeração sequencial do campo de experiências para cada grupo/faixa etária.
- (D) o objetivo do componente curricular; o grau de complexidade; o tempo suplementar a ser alocado para a atividade; a faixa etária.

Leia o **Texto 4** para responder às questões **40** e **41**.

#### Texto 4

Vygotsky (1995) atribuía grande importância ao domínio da cultura no processo de desenvolvimento psicológico da criança. Por isso, voltou-se para o estudo das relações entre cultura e desenvolvimento, trazendo, com isso, inúmeras contribuições para o campo pedagógico. Ele nos afirmava, por exemplo, que, até então, os psicólogos haviam estudado de maneira unilateral o processo do desenvolvimento cultural na educação, uma vez que apenas procuravam averiguar quais capacidades naturais condicionavam a possibilidade do desenvolvimento da criança, e em quais funções naturais o pedagogo deveria se apoiar para introduzi-la na esfera da aprendizagem cultural.

Analisava-se, assim, como o desenvolvimento da linguagem ou a aprendizagem da aritmética dependiam de funções naturais, mas não procuravam entender o contrário, ou seja, como a internalização da linguagem ou da aritmética transformavam essas funções naturais em funções culturais reorganizando todo o curso do pensamento natural.

Para Vygotsky, essa compreensão é fundamental ao educador. Quando a criança adentra na cultura, não somente toma algo dela, não apenas se enriquece com o que está fora dela. A própria cultura reelabora em profundidade a composição natural da conduta, dando uma orientação completamente nova a todo curso do desenvolvimento [...].

Sob a lógica do princípio evolutivo, a socialidade animal é substrato da socialidade humana, assim como a natureza é substrato e a condição de emergência da cultura. No entanto, a socialidade não é dada pela natureza, mas concretizada pelo homem, à medida que este último cria suas condições de existência material, expressas em produções culturais.

Logo, para Vygotsky, a cultura é um produto da vida social e, ao mesmo tempo, da atividade social do homem. Permeado por essa concepção histórica de cultura, o autor analisa o desenvolvimento cultural da conduta humana, à luz da qual postula a “lei genética geral do desenvolvimento cultural”, que se desdobra na grande importância conferida à internalização de signos [...].

Mas em que radica a grande importância conferida à educação escolar nessa concepção teórica? A resposta a essa questão nos conduz à transmissão dos signos historicamente constituídos, posto que na escola essa transmissão deva se realizar de maneira planejada e sistematizada e, assim sendo, com amplas possibilidades para interferirem mais efetivamente na vida dos indivíduos, isto é, para promoverem a conversão dos signos externos em “instrumentos” psíquicos.

MARTINS, Lígia Márcia; RABATINI, Vanessa Gertrudes. A concepção de cultura em Vygotsky: contribuições para a educação escolar. *Psicologia Política*, 11(22), 345-358, 2011.

#### QUESTÃO 40

O excerto apresentado trata da concepção de aprendizagem e desenvolvimento elaborada por L.S. Vygotsky, situando-a na complexa perspectiva teórica do autor. Em relação ao que informa o excerto, o termo cultura corresponde

- (A) à conduta dos indivíduos manifesta nas ações, formas de fazer e conceber que restam imutáveis, como que cristalizadas, ao longo da vida biográfica da pessoa.
- (B) às formas elaboradas de conhecimento e que são transmitidas pela escola, em contraste com as formas espontâneas que restam abaixo das formas consideradas, propriamente, culturais.
- (C) aos modos de distinção entre estratos sociais, consubstanciada no que se denomina de cultura erudita, tal como a música clássica, o teatro e a literatura.
- (D) ao conjunto de elementos materiais e simbólicos elaborados social e historicamente pelos grupamentos humanos.

#### QUESTÃO 41

Considerando o excerto apresentado no Texto 4, por que é importante que o professor conheça a forma específica do desenvolvimento psicológico humano?

- (A) É importante porque o processo de apropriação da cultura, como fenômeno social amplo, se enlaça com a ação pedagógica específica do professor ao conduzir o processo de apropriação cultural de forma planejada e sistematizada, o que aporta importante contribuição no desenvolvimento do aluno.
- (B) É importante porque a organização do trabalho pedagógico do professor e da escola deve evitar que as formas culturais exteriores ao contexto escolar adentrem à escola, garantindo assim o efetivo aprendizado do aluno ao controlar as condições nos quais cada um deles vai se apropriar da cultura produzida pela escola.
- (C) É importante porque o desenvolvimento da linguagem ou a aprendizagem das ciências e da aritmética dependem do desenvolvimento de funções naturais e são comandados por estas últimas, o que requer um professor que saiba respeitar o ritmo das mencionadas funções.
- (D) É importante porque o desenvolvimento humano é um processo de maturação do organismo, no qual as funções psicológicas se desenvolvem em resposta ao estado interno do indivíduo, cabendo ao professor a função de regulador do desenvolvimento.

**QUESTÃO 42**

Um importante marco para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência foi a promulgação da Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O art. 28 desta Lei trata das incumbências do poder público e aborda, no inciso XVIII, parágrafo segundo, a questão do perfil docente para o trabalho de tradutor e intérprete de Libras. Conforme a referida Lei, para atuar como

- (A) docente na educação básica na área de tradução e interpretação na Libras, o professor deve possuir curso superior; quando se tratar da atuação em nível de graduação e pós-graduação, o professor deve possuir formação pós-graduada, no mínimo, em curso de especialização em tradução e interpretação na Libras.
- (B) tradutor e intérprete de Libras no âmbito da educação básica, o professor deve possuir, no mínimo, ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; e quando em atuação nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, deve possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
- (C) profissional em tradução e interpretação na Libras, o professor na educação básica deve possuir, como formação mínima, o curso superior; quando se tratar da graduação, o professor deve possuir, no mínimo, curso de especialização *lato sensu*, devendo possuir a formação mínima em nível de mestrado para atuar na pós-graduação *stricto sensu*.
- (D) professor na educação básica com tradução e interpretação na Libras, o professor deve possuir, como formação mínima, o ensino fundamental com formação técnica na área; quando se tratar da graduação, o professor deve possuir, no mínimo, curso de especialização *lato sensu*, sendo recomendada a formação em nível de mestrado para atuar na pós-graduação *stricto sensu*.

**QUESTÃO 43**

Leia o caso a seguir.

M.P.S, 23 anos, é deficiente visual e cursa Licenciatura em Letras em uma instituição pública estadual de ensino superior. Era seu segundo semestre no curso e ela sempre pedia, sem ser atendida, que as provas e o material instrucional utilizados pelos professores do curso fossem minimamente adaptados, de modo a facilitar sua leitura. Ela, então, procurou mais uma vez a secretaria e a coordenação do curso que disseram nada poder fazer, alegando que a designação de educação inclusiva não cabia ao ensino superior, mas apenas ao ensino fundamental.

A esse respeito, se M.P.S. consultasse o art. 27 e o art. 28 da Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ela identificaria facilmente que

- (A) uma orientação educacional inclusiva concerne, primeiramente, à educação infantil e ao ensino fundamental, sendo de ordem facultativa nos demais segmentos da educação básica e no ensino superior.
- (B) um dispositivo legal como o da inclusão para ser acionado exige que na esfera normativa geral aquele bem social visado se configure como direito comum a todos, algo inviável no caso do ensino superior, pois se trata de um nível de ensino fora da educação obrigatória.
- (C) a perspectiva de uma educação inclusiva é algo a ser zelada, promovida e assegurada pelo poder público em todos os níveis e modalidades, se estendo, portanto, ao curso superior.
- (D) o aspecto central a ser considerado está na idade da pessoa deficiente, pois se menor de 18 anos ela estará coberta pelos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, como M.P.S. possui 23 anos de idade, ela deixou de poder reivindicar seus direitos.

**QUESTÃO 44**

Leia o texto a seguir.

A escola era na rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era 1840 [...]. Subi a escada com cautela, para não ser ouvido pelo mestre, e cheguei a tempo; ele entrou na sala três ou quatro minutos depois. Entrou com o andar manso do costume, em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído. Chamava-se Policarpo e tinha perto de cinquenta anos ou mais. Uma vez sentado, extraiu da jaqueta uma boceta de rapé e o lenço vermelho, pô-los na gaveta; depois relanceou os olhos pela sala. Os meninos, que se conservaram de pé durante a entrada dele, tornaram a sentar-se. Tudo estava em ordem; começaram os trabalhos [...]. Na verdade, o mestre fitava-nos. Como era mais severo para o filho, buscava-o muitas vezes com os olhos, para trazê-lo mais aperreado. Mas nós também éramos finos; metemos o nariz no livro, e continuamos a ler [...]. O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo.

Assis, M. de. *Conto de escola*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p. 3 e 13.

Com base no excerto extraído de uma das obras de Machado de Assis, é possível inferir que a abordagem de ensino em curso naquele contexto compreende uma abordagem

- (A) escolanovista.
- (B) histórico-crítica.
- (C) montessoriana.
- (D) tradicional.

**QUESTÃO 45**

A educação brasileira nas últimas décadas passou a conferir atenção ao fato que é importante os alunos conhecerem a história e a cultura afro-brasileira e indígena. Trata-se de algo de grande relevância para formação das próximas gerações e cujo quadro normativo é dado pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/1996, notadamente no art. 26-A. Conforme a referida Lei, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena

- (A) torna-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
- (B) configura componente curricular obrigatório das escolas públicas de ensino fundamental e médio, sendo facultativa nas escolas privadas.
- (C) constitui componente obrigatório nas instituições de educação infantil e na primeira fase do ensino fundamental, públicos e privados.
- (D) deve compor o currículo da pré-escola e do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, sendo facultativo no ensino médio.

**QUESTÃO 46**

A importância dos profissionais do magistério e sua valorização é um dos tópicos da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1/1990). A questão é expressamente tratada no art. 90 da mencionada Lei, estabelecendo que esta assegurará a valorização dos profissionais de ensino

- (A) com base em critérios objetivos e técnicos, apurados conforme avaliação do servidor por comissão especialmente constituída para esse fim, bem como ingresso na carreira do magistério por concurso público de provas e títulos.
- (B) mediante a fixação de planos de carreira para o Magistério Público, com piso salarial profissional, carga horária compatível com o exercício das funções e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.
- (C) de forma a possibilitar que a experiência atestada pelos anos de exercício do magistério, certificados de cursos de pequena e média duração, experiência em cargos de gestão, entre outros, possam ser considerados e contabilizados para a promoção na carreira docente.
- (D) por meio de plano de carreira que favoreça o desenvolvimento profissional docente, reconhecimento e incentivando a titulação dos profissionais em nível de pós-graduação e promovendo o pagamento de bônus para aqueles que tiverem melhor desempenho.

**QUESTÃO 47**

Quando se trata da educação escolar, um condicionante de primeira importância é o provimento dos recursos necessários para que esta possa se efetivar mediante o custeio das unidades escolares e dos salários dos servidores, o atendimento das necessidades dos alunos, entre outros aspectos. No caso do Município de Senador Canedo, a Lei Orgânica Municipal (Lei nº 1/1990) firma, em seu art. 87, a obrigação do poder público efetuar o provimento dos recursos necessários à manutenção e desenvolvimento do ensino público, estabelecendo que o município aplicará anualmente o mínimo de

- (A) vinte por cento de sua receita de impostos, incluída a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, prioritariamente na educação infantil e na primeira fase do ensino fundamental.
- (B) vinte e quatro por cento de sua receita de impostos, incluída a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, prioritariamente na educação infantil (creche e pré-escola).
- (C) vinte e cinco por cento de sua receita de impostos, incluída a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, prioritariamente no ensino pré-escolar e fundamental.
- (D) vinte e sete por cento de sua receita de impostos, taxas e contribuições, incluída a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento da educação básica, com prioridade para a educação infantil.

**QUESTÃO 48**

O Plano Nacional de Educação (PNE) representa um dos principais instrumentos no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento e a efetivação de uma educação de qualidade em nosso país. O comando para a existência do PNE é dado pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/1996, determinando que ele deve apresentar diretrizes e metas para período de

- (A) quatro anos.
- (B) cinco anos.
- (C) oito anos.
- (D) dez anos.

**QUESTÃO 49**

Leia o caso a seguir.

Para organizar seu plano de ensino semestral, uma professora buscou organizar as aulas em uma sequência lógica por meio de blocos de aulas: um pequeno conjunto de aulas para tratar de determinado conteúdo no qual havia uma aula inicial, aulas de desenvolvimento e de síntese. Essa forma de distribuição tinha um motivo, munida dos livros de um importante estudioso da educação, Dermeval Saviani, ela tinha em mente promover uma lógica de organização do trabalho pedagógico no qual os alunos pudessem tomar uma questão de estudo em seu ponto de partida, isto é, com os conhecimentos que já possuíam sobre ela, depois problematizá-la e, em seguida, munir-se de elementos teóricos tendo em vista compreendê-la para – esse é o passo seguinte – elaborar uma síntese sobre a questão que foi objeto de estudo, momento de sistematização do que foi aprendido. A ideia a conduzir as ações da professora era de que os alunos deveriam, no curso do processo pedagógico planejado, passar de uma menor compreensão científica do conteúdo estudado para uma maior compreensão, adquirindo assim uma visão situada, contextualizada e crítica. É o que Saviani aponta como a passagem do pensamento sincrético da realidade ao concreto pensado.

Considerado o caso relatado, é possível identificar toda a intencionalidade da professora no planejamento e na organização de suas aulas, inclusive é possível identificar a abordagem de ensino que a orienta. Qual abordagem conduz o planejamento e o trabalho pedagógico da professora?

- (A) Uma abordagem orientada pela pedagogia histórico-crítica.
- (B) Uma abordagem conforme a pedagogia tradicional.
- (C) Uma abordagem balizada pela pedagogia da escola nova.
- (D) Uma abordagem fundada na prática pedagógica do tipo espontaneísta.

**QUESTÃO 50**

Um dos aspectos mais interessantes e importantes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quando se trata da Educação Infantil é o arranjo curricular em torno de campos de experiências. Estes visam garantir direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, mas sem perder de vista o que é o próprio e específico desse momento da vida das crianças que estão nas creches e pré-escolas. Os referidos campos de experiências compreendem saberes e conhecimentos que, conforme a BNCC, se configuram em

- (A) quatro campos: Nós e nosso mundo; A vida e o movimento; Traços, sons, cores; Espaços, tempos, quantidades e transformações.
- (B) cinco campos: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
- (C) seis campos: Eu, você, nós e nosso mundo; A vida é movimento; Sons, cores, formas e ausências; Espaços, tempos, quantidades; Formas, disposições, transformações; A família, a escola, a cidade.
- (D) sete campos: Eu, você, nós e nosso mundo; A vida é movimento; Sons, cores, formas e ausências; Espaços, tempos, qualidades, quantidades; Formas, disposições, transformações; A família, a escola, a cidade; Diversidade, brincadeira, interação.

**RASCUNHO**

## REDAÇÃO

### Instruções

Você deve desenvolver um texto dissertativo-argumentativo. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases. Quando for necessário, a transcrição deve estar a serviço do seu texto. O seu texto **NÃO** deve ser assinado.

### Tema:

**A NOVA PANDEMIA: VÍCIO EM JOGOS DIGITAIS**

### Coletânea

#### Texto 1

**Com média acima da mundial, 28% dos jovens brasileiros fazem uso abusivo de videogames, diz pesquisa da USP**

*Estudo identificou que um em cada quatro jovens entrevistados se enquadram em critérios de transtorno envolvendo jogos eletrônicos.*

*Por g1*

*31/07/2022, às 21h38 – Atualizado há 3 anos.*

A parcela de adolescentes brasileiros que faz uso excessivo de videogames é maior do que a média mundial, aponta uma pesquisa do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo foi realizado por Luiza Brandão, doutora em Psicologia Clínica do IP, a partir de questionários com milhares de adolescentes de escolas públicas.

As respostas dos estudantes indicaram que 85,85% deles jogam videogames e 28,17% se enquadram nos critérios de Transtorno de Jogo pela Internet (TJI), descrito em manual da Associação Americana de Psiquiatria.

Segundo a pesquisadora, o uso de videogames no Brasil é compatível com o mundial, mas o índice de uso problemático de jogos eletrônicos está acima da média de outros países.

O levantamento foi realizado a partir de um questionário com uma subamostra de 3.939 alunos de escolas públicas que integram o *Tamo Junto 2.0*, um programa do Ministério da Saúde para prevenir o uso de álcool e drogas por adolescentes.

O projeto do governo federal totaliza 5.371 alunos de 73 escolas públicas de São Paulo, Fortaleza e Eusébio (CE).

Os alunos responderam de forma anônima a um questionário sobre uso de drogas, *bullying*, classe socioeconômica, sintomas psiquiátricos e videogames. Mais de 90% dos alunos que responderam à pesquisa tinham de 12 a 14 anos, e cerca de 50% deles pertenciam à classe média. [...]

Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/31/uso-excessivo-de-videogames-e-maior-entre-adolescentes-brasileiros-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

**Texto 2****Suicídio, bets e apostas de quotas fixas no Brasil: o que sabemos e por que ocorrem?**

Por Murilo Vasques Buzo Ter, 10/06/2025, Às 02h24 PM

Em 2018, a Lei 13.756/2018 estabeleceu a legalização de apostas de quotas fixas de eventos esportivos. Cinco anos depois, a Lei 14.790/2023 foi sancionada, os chamados jogos online de apostas de quota fixa, como bets, passaram a ser regulamentados. Após isso, houve um investimento maciço por cassinos e empresas de apostas esportivas na mídia, com estas chegando a se tornar as principais patrocinadoras de esportes como o futebol. No texto de hoje, exploraremos as implicações das apostas esportivas de quota fixa legalizadas no Brasil para muitos(as) apostadores(as).

No mês de Agosto de 2024, o Banco Central divulgou um relatório identificando que mais de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família destinaram 3 bilhões de reais para casas de apostas virtuais. No documento, constatou-se que o perfil etário consistia entre 20 e 30 anos majoritariamente. O órgão também disse que é "(...) razoável supor que o apelo comercial do enriquecimento por meio de apostas seja mais atraente para quem está em situação de vulnerabilidade financeira", trazendo à tona um problema socioeconômico que é explorado por casas de apostas para aumentar sua receita.

Como a legalização de apostas de quotas fixas é relativamente recente no Brasil, recorreremos a experiências internacionais para compreender os efeitos da presença dela na sociedade de maneira permitida. Em países com maior diversidade de jogos legalizados, como a Suécia e a França, os custos decorrentes de problemas com apostas superam o imposto e contribuição arrecadados pelas empresas do segmento. No país escandinavo, observou-se um aumento de 1,8 vezes em risco de mortalidade e de 15 vezes no risco de morte por suicídio por pessoas que possuem comportamento problemático de jogo, quando comparados com a população geral. O risco acentuado de alguém com uso compulsivo de plataformas de apostas tirar a própria vida foi identificado em outros países como Itália (93,7 vezes maior, quando comparado com a população geral) e no Reino Unido com jovens entre 16 e 24 anos (9 vezes maior em homens e 4,9 vezes maior em mulheres). Embora tais dados mostrem forte associação entre o jogo patológico e o risco de tirar a própria vida, não explicam o como nem o(s) porquê(s) disso ocorrer.

**Por que apostas podem levar ao suicídio?**

Buscando responder a essa pergunta, em 2022, Marionneau e Nikkinen conduziram uma revisão sistemática de estudos qualitativos sobre suicídio relacionados a comportamento problemático de jogo e processos psicológicos que levam alguém a tirar a própria vida – chamado de suicidalidade pelos autores. Na revisão, o critério de inclusão consistiu em estudos com evidência qualitativa empírica sobre suicídio relacionado a jogos de apostas feitos de maneira compulsiva e problemática. Foram analisados 20 estudos.

Notou-se a presença de dois fatores centrais que explicam a associação entre apostas e suicídio: endividamento e vergonha. Quando pessoas com problemas relacionados a jogos criam dívidas insustentáveis de serem quitadas, a probabilidade de surgirem pensamentos de tirar a própria vida aumentam significativamente. Utilizando o Integrated Motivational-Volitional Model of Suicidal Behaviour como instrumento para subsidiar a análise, podemos fazer uma hipótese funcional de que, nesse tipo de contexto, pode surgir a sensação de aprisionamento (entrapment, no modelo). Como é comum encontrarmos relatos de pessoas com comportamento problemático de jogo que pedem empréstimos sucessivos a familiares e pessoas próximas como pontos iniciais dessa construção de dívida até chegar no ponto dela não ser gerenciável, a sensação de ser um fardo também pode emergir (burdensomeness, no modelo).

Também podemos especular que a rede de apoio da pessoa em questão pode esvanecer conforme ela continua perdendo dinheiro em apostas, resultando em perda de suporte social (social support, no modelo). Sobre a vergonha, encontramos associações na literatura entre ela e pensamentos suicidas, como identificado em Ecological Momentary Assessment, que consiste em capturar a ocorrência de dados psicológicos ou comportamentais assim que eles ocorrem, sem recorrer à memória retrospectiva, como geralmente é falado em uma sessão de psicoterapia ou em entrevistas clínicas. [...]

Disponível em: <https://comportese.com/2025/06/10/suicidio-bets-e-apostas-de-quotas-fixas-no-brasil-o-que-sabemos-e-por-que-ocorrem>.

Acesso em: 29 nov. 2025. [Adaptado].

### Texto 3

#### **STF veda publicidade de bets para crianças e determina adoção de medidas contra uso de recursos do Bolsa Família em apostas**

*Na liminar, ministro Luiz Fux antecipa a validade de normas que vedam propaganda de apostas para crianças e que entrariam em vigor em janeiro de 2025.*

*Por Adriana Romeo*

*13/11/2024, às 11h09 – Atualizado há 1 ano.*

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão, em todo o território nacional, de qualquer publicidade de jogos de apostas online de cota fixa (bets) para crianças e adolescentes. Decidiu também que sejam tomadas medidas que restrinjam o uso de recursos de programas assistenciais para apostas online.

A decisão do ministro Luiz Fux foi tomada nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 7721 e 7723, propostas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pelo partido Solidariedade, respectivamente. A liminar ainda será referendada em sessão extraordinária do Plenário Virtual nesta quinta-feira (14), das 11h às 23h59.

A decisão liminar (provisória e urgente) determina que o governo federal cumpra imediatamente as medidas de fiscalização e controle, voltadas para crianças e adolescentes, previstas na Portaria 1.231/2024 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei das Bets (Lei 14.790/2023).

A liminar também determina que o Ministério da Fazenda, a quem cabe a regulação e controle do assunto, implemente medidas imediatas que impeçam o uso de recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e congêneres, em apostas online.

O ministro destacou as evidências apresentadas sobre os efeitos nocivos da publicidade de apostas na saúde mental de jovens e no orçamento das famílias, debatidas na audiência pública realizada nos dias 11 e 12 de novembro. Para ele, o perigo de demora para a decisão “deve ser afastado de imediato, sob pena de a inaplicação de normas já editadas, até janeiro de 2025, agravar o já crítico quadro atual”.

Disponível em: [https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-veda-publicidade-de-bets-para-criancas-e-determina-adocao-de-medidas-contrain-uso-de-recursos-do-bolsa-familia-em-apostas/?utm\\_source=chatgpt.com](https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-veda-publicidade-de-bets-para-criancas-e-determina-adocao-de-medidas-contrain-uso-de-recursos-do-bolsa-familia-em-apostas/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 29 nov. 2025.

---

**Proposta de redação: Texto Dissertativo-argumentativo**

---

Considerando os elementos superestruturais de um texto dissertativo-argumentativo, posicione-se de forma clara, coesa e crítica em relação ao problema social do vício em jogos digitais e produza uma redação, organizada em prosa, na qual você apresente argumentos consistentes e propostas pertinentes sobre a temática. Não a assine, tampouco adote nomes fictícios e/ou abreviações.

**ATENÇÃO!**

**O seu texto NÃO deve ser assinado.**

# FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30